

Artigo

As Grandes Transformações na Ordem Social Global: capitalismo e dominação a partir de Luc Boltanski

Letícia Negrão Chamma¹

Resumo

O tempo presente está marcado por grandes e profundas transformações na política econômica, bem como na vida social e cultural. A década de 1970, por sua vez, marca a passagem para uma nova ordem global que é estabelecida pelos processos e fenômenos da globalização, da financeirização e da precarização. Assim, pretende-se, neste artigo, evidenciar essas grandes transformações que ocorreram na ordem social global, a fim de compreender o novo espírito do capitalismo e seus instrumentos de dominação gestonária a partir da sociologia de Luc Boltanski.

Palavras-chave: Capitalismo; Dominação; Globalização; Precariedade.

The Major Transformations in Global Social Order: capitalism and domination by Luc Boltanski

Abstract

The present time has been marked by a great and profound transformations in economic policy, as well as in social and cultural life. The 1970s, in turn, marks the passage to a new global order that is established by the processes and phenomena of globalization, financialization and precariousness. Thus, it is intended, in this paper, to highlight these great transformations that occurred in the global social order, to understand the new spirit of capitalism and its instruments of managerial domination from the sociology of Luc Boltanski.

Keywords: *Capitalism; Domination; Globalization; Precariousness.*

¹ Graduada e mestranda em Ciências Sociais – UNESP.

As décadas de 1970 e 1980 marcam o início do processo de grandes e profundas transformações no sistema capitalista e, portanto, na ordem social, política, econômica e cultural global. A utilização do trabalho flexível e precário como uma nova forma de extração de valor, bem como a produção de novos discursos capazes de legitimar os valores do novo espírito do capitalismo, é um elemento essencial para analisar e compreender o que o sociólogo francês Luc Boltanski designa como uma terceira fase do capitalismo. Logo, é um fator fundamental para conceber o tempo presente e as profundas incertezas que este carrega.

A constatação dessas grandes e profundas transformações diz respeito a uma passagem de época e a um período de transição em que forças sociais do passado e novas forças sociais disputam pela hegemonia do modo de produção e dos valores. O novo espírito do capitalismo é sustentado ao mesmo tempo em que impulsiona o deslocamento dos capitais e o surgimento de um sistema financeiro global e de alto impacto na vida de todas as pessoas. Assim, o mercado enquanto relação econômica e visão de mundo expande-se exponencialmente; por consequência, o indivíduo é avaliado como um capital que também deve estar em constante e permanente expansão de produtividade, criatividade, inventividade e eficiência.

Nem mesmo a esfera pública escapa aos imperativos do mercado: a gestão e o *management* são agora os princípios em que o campo da política deve se orientar. A gestão, tanto quanto o mercado, é anunciada enquanto entidade impessoal e desprovida de ideologia. O fato é que o novo modo de dominação gestonária, analisado por Boltanski (2013), tem como método sistemático de manutenção das assimetrias entre justificação e crítica a impossibilidade de apontar para sujeitos dominantes. Assim, os “dispositivos gestonários” (BOLTANSKI, 2013, p. 452) são capazes de, no nível da justificação, naturalizar processos, forças políticas e dominações produzidas socialmente.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar quais são as grandes e profundas transformações que ocorreram no sistema capitalista e compreender a nova forma de dominação gestonária que sustenta e legitima esse sistema na sociedade contemporânea, partindo da teoria do sociólogo e professor

da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, Luc Boltanski. Além disso, busca-se distinguir o elemento regressivo produzido pelo capitalismo, destacando a precarização do trabalho e da vida.

As Grandes Transformações

O período conhecido como democracia moderna chegou ao fim. Com início no ano de 1945 – período pós-guerra e também pós nazismo e fascismo –, o fim do século XX, sobretudo o ano de 1975, manifesta uma passagem de época, ainda que dentro do próprio sistema capitalista. A “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), ou então, o “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) movimenta e modifica uma série de elementos centrais da vida social: instituições, valores, linguagem, subjetividades e formas de governo. Compreender essas mutações, contudo, implica a necessidade de compreender a “totalidade em processo” (FERNANDES, 1995, p. 87), isto é, a historicidade das relações de produção. Em outras palavras, é necessário investigar as tendências profundas que qualificam o capitalismo contemporâneo, fundamentando a sua especificidade.

Com marco temporal no ano de 1975 (fim da democracia moderna), é possível observar uma transformação na hierarquia de escalas que altera o mercado global de capitais, o regime internacional, bem como a ordem normativa. A globalização, por sua vez, deve ser entendida enquanto “fenômeno”, que diz respeito à distribuição do poder global, mas também enquanto “processo tecnológico-informático” (ZOLO, 2006). No primeiro sentido, a socióloga Saskia Sassen (2010) desenvolve o conceito de “desnacionalização parcial”, a fim de evidenciar como o Estado nacional, e toda uma sociedade estruturada a partir e por meio dele, são desestabilizadas e transfiguradas pelas formações globais. Desde a modernidade, o Estado nacional desenvolve uma centralização de aspectos sociais fundamentais: “autoridade, identidade, segurança, legislação e mercado” (SASSEN, 2010, p. 18). O tempo presente, contudo, apresenta um reescalamento em que o papel do Estado não desaparece, mas é altamente modificado, sendo “*resultado da privatização, desregulamentação, e das novas tecnologias de informação, da abertura de economias nacionais a empresas estrangeiras e da participação*

crecente de atores econômicos nacionais em mercados globais” (SASSEN, 2010, p. 26).

O que fica claro, dessa forma, é que o Estado não pode ser eximido de seu papel na formação do sistema global, uma vez que facilitou e até mesmo legitimou o poder das grandes empresas multinacionais e o processo de financeirização do capital. A partir do sistema jurídico, o Estado pôde criar novas legalidades que aumentaram o poder das empresas estrangeiras, adentrando nas economias nacionais dos países ainda não altamente industrializados. Isso significa que a autoridade estatal deixa de ser exclusiva devido à “redução de capacidades regulatórias” e à “desregulamentação e liberalização financeira e comercial”, o que inclui a privatização do setor público (SASSEN, 2010, p. 31). Tampouco, é possível esquecer aqueles que colocam em prática as políticas e os novos modelos de gestão empresarial, ainda que não seja uma ação planejada (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Em suma, o Estado é reposicionado em um campo mais amplo do poder, participando ativamente da promoção do fenômeno da globalização e possuindo o seu papel no sistema financeiro global.

Desse modo, é possível apontar para a formação de um novo Estado neoliberal. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 15), o neoliberalismo é um “*sistema normativo dotado de certa eficiência, isto é, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso*” (DARDOT; LAVAL, 2016). Isso significa que as grandes transformações do tempo presente não dizem respeito apenas à destruição das antigas formas de relações e configurações sociais, formas de vida e de subjetividade, mas também implicam na produção de novos padrões de comportamento e de novas formas de orientação: a norma neoliberal, que

[...] impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Assim, essa nova forma de governo da sociedade provoca uma mudança valorativa, ou seja, das formas de avaliação desenvolvidas na modernidade, da

realidade física e social e também de si. Os valores, contudo, não são apenas visões de mundo, mas forças sociais que se materializam na existência particular e coletiva dos indivíduos. Por sua vez, as grandes transformações também dizem respeito à ampliação, a partir dos novos meios de comunicação, da capacidade de inserção de padrões, comportamentos, normas, regras sociais, proibições e valores que formam a subjetividade e o princípio de realidade. Em outras palavras, o neoliberalismo produz uma nova linguagem valorativa que possibilita a mobilização das emoções e a manipulação da realidade, golpeando e plasmando a mente humana.

De acordo com Gustavo Zagrebelsky (2010), os sujeitos estão imersos em uma língua que se manifesta como óbvia, não contestável, quando, na verdade, é necessário identificar e distinguir os sentidos e significados que permanecem implícitos nelas. Assim, se “o novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) transforma a sua própria linguagem na medida em que passa a difundir na literatura de gestão empresarial novos padrões de comportamento, novas normas e regras sociais, novos valores e ideologias, torna-se necessário evidenciar a justificativa na literatura empresarial de um sistema que, ao invés de emancipar o gênero humano, o brutaliza ao passo que transfere ao trabalhador “o peso das incertezas do mercado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 240), ou seja, na medida em que não só o trabalho, mas também a vida é precarizada.

O “Novo Modo de Dominação Gestionária”: discurso empresarial após os anos 1990

De início, é importante evidenciar que a literatura da gestão empresarial é, para Boltanski e Chiapello (2009, p. 83), “*um dos principais espaços de inscrição do espírito do capitalismo*”, ou seja, faz parte da sua ordem normativa. Da mesma forma que o espírito do capitalismo se constitui, para Boltanski e Chiapello (2009, p. 84), a partir de duas particularidades: a “acumulação do capital” e os “princípios de legitimação”, a literatura empresarial também apresentará dois aspectos: um técnico e um moral. No aspecto técnico, trata-se de métodos para a obtenção de lucro, pautados nos valores da competição, da produtividade e da eficiência. O aspecto moral, por sua vez, evidencia a normatividade dessa literatura que fornece

pontos de referência e padrões de comportamento ao dizer aquilo que deve ser. Em suma, é uma literatura que difunde os princípios, os valores e as normas de uma nova ordem social global.

Desse modo, o espírito do capitalismo, na sua “*qualidade ideológica dominante*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 83), é capaz, por meio do “*poder verdadeiramente mágico das palavras*” (FREUD, 2011, p. 29) e das imagens, de se difundir e modificar sensibilidades e subjetividades, orientando tanto as formas de dotar a realidade de sentido e de significado, quanto as ações práticas e discursivas dos indivíduos. Isto posto, a literatura de gestão empresarial não é apenas um manual ou um guia de como acumular capital, mas uma forma de justificação da maneira com que se é extraído valor no sistema capitalista. Assim, a justificação presente na literatura dos anos 1990 considera dois aspectos fundamentais: 1) o valor da liberdade pessoal e da autonomia característicos do livre mercado; e 2) a capacidade do livre mercado em produzir uma sociedade mais próspera, mais produtiva e mais justa, logo, mais benéfica para todos e orientada para o bem comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O discurso empresarial, portanto, não trata de um discurso exclusivamente técnico, já que possui o seu aspecto ideológico no qual o mesmo conjunto de ideias e valores está presente e espalhado pelos mais diversos autores da literatura de gestão empresarial, visando “*dar sentido ao sistema assalariado e espírito ao capitalismo*” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 91). A afirmação dos valores da autogestão, do autocontrole, da competitividade, da inovação, da flexibilidade, da inventividade, da produtividade e do empreendedorismo passam a orientar as diversas esferas da vida. Não apenas a economia, mas a política, a cultura, e todas as relações sociais passam a ser baseadas no desempenho individual. A figura do líder emerge de maneira a gerar um “sentido compartilhado”: aqui a hierarquia antiga perde sua força e a visão do líder capaz de cooptar as emoções dos indivíduos sustenta um dispositivo que não está baseado na força física ou em ordens e imperativos, mas na adesão do projeto capitalista por esses mesmos indivíduos (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 105).

Distinguindo-se, pois, da literatura empresarial dos anos 60 do século XX, na década de 1990, surge o *manager* como figura central e expressiva de um

capitalismo móvel, flexível, incerto e complexo. A qualidade, o mérito e o esforço pessoal são considerados os vetores diretos para o sucesso do “homem das redes”, do “*coach*” e do “especialista técnico” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 108), e por isso o autocontrole é fundamental para o projeto empresarial. Da mesma forma que para Boltanski e Chiapello (2009) a coerção dos indivíduos deixa de ser exercida por uma força exterior e passa para ao plano interior do autocontrole, Dardot e Laval (2016, p. 328), fundamentados em Foucault, também apontam para a empresa enquanto o “governo de si na era neoliberal”. Neste caso o desejo, a vontade e o projeto de sucesso e realização pessoal tornam-se núcleos das “*novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito*” empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

É importante ressaltar que, por mais que Boltanski (2009) aborde a característica ideológica do novo espírito do capitalismo, ao analisar o também novo modo de dominação gestonária, o autor se afasta da concepção de “*internalização das ideologias dominantes, ou seja, de ilusão*” (BOLTANSKI, 2013, p. 443), na medida em que reafirma a função do sujeito e do ator social na crítica ao sistema capitalista. Isso não significa que Boltanski desconsidera as “*estruturas previamente existentes à interação*” (BOLTANSKI, 2014, p. 224), mas que considera que o problema central da sociologia contemporânea é a articulação entre as escalas macro e micro, isto é, entre aquilo que é geral e regular na sociedade e aquilo que é particular e singular dos atores sociais.

Isto posto, Boltanski (2013, p. 445) estabelece uma correlação entre os “sistemas políticos de dominação” e as “formas de manutenção das assimetrias sociais”, o que implica em diferentes formas de crítica e de justificações de acordo com as características de cada sistema. No caso das democracias capitalistas contemporâneas, o sociólogo aponta para a existência de um novo modo de dominação: a dominação gestonária. Trata-se de uma transformação na relação entre instituições e crítica, em que os dispositivos de dominação se caracterizam enquanto um “*ser sem sujeitos*” (BOLTANSKI, 2013, p. 449). Essa existência de um sistema cada vez mais complexo e cuja figura do dominante torna-se mais irrastrável, combinando pessoas, redes e máquinas sem a existência de um centro visível, também é conceitualizada pela socióloga Saskia Sassen (2015, p. 13),

enquanto “formações predatórias”, isto é, “*um mix de elites e capacidades sistêmicas sendo a finança um facilitador central, que empurra para a concentração aguda*” (SASSEN, 2015).

Nesse sentido, a justificação das assimetrias sociais se dá a partir da impossibilidade de controle por parte dos indivíduos da economia, da ciência e da técnica, ou seja, se constitui uma forma de naturalização da ordem social. No sentido micro, o esforço, a responsabilidade, a vontade, o desejo e a liberdade individuais são considerados condutores diretos para o sucesso. Esses dois níveis constituem a realidade do sistema capitalista. Assim, diferente da dominação pelo terror e pela ideologia, a dominação gestonária pode ser expressa pela famosa afirmação de Margaret Thatcher: “*não há alternativa*” ao capitalismo. A inovação e singularidade desse novo modo de dominação constata a ênfase em “*ser realista, quer dizer, aceitar as restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas ‘em si’, mas porque não podem ser diferentes do que são*” (BOLTANSKI, 2013, p. 450). Trata-se, portanto, de uma “indistinção entre realidade e mundo”, isto é, entre a construção social de regras, valores e simbolismo e a totalidade dos fenômenos sociais (BOLTANSKI, 2013, p. 455).

Desse modo, a justificação produzida no modo de dominação gestonária em seu “caráter instrumental” enfatiza a necessidade do atual sistema, orientado para o bem comum, bem como à impessoalidade, capaz de produzir imensas barreiras às críticas dos atores sociais (BOLTANSKI, 2013, p. 453). Esta, contudo, está longe de ser impossível. Ainda assim, o efeito da crítica foi drasticamente reduzido na forma de dominação gestonária dado que “*se encontra desprovida pelos poderes dominantes dessa exterioridade que constitui o mundo, sobre a qual ela podia se apoiar para tentar questionar a realidade*” (BOLTANSKI, 2013, p. 456). O sistema capitalista é, portanto, capaz de absorver e incorporar em seus dispositivos as diversas críticas e demandas, sem, entretanto, verdadeiramente se modificar. Em suma, “*não se trata de um discurso ou de uma ideologia, mas de uma transformação que afeta a realidade*” (BOLTANSKI, 2013, p. 459), e por isso a crítica é profundamente alterada.

A Gestão Empresarial e a Precarização do Trabalho

Compreender a nova forma de justificativa da legitimidade do capitalismo só faz sentido se evidenciado o que está oculto nesse discurso. Como indica Sérgio Lessa (2007, p. 11), “*o velamento da totalidade é uma das características mais importantes da concepção de mundo burguesa pós-1848*” (LESSA, 2007), logo, fundamental é distinguir a realidade das relações de produção, para que o capitalismo não possa mais ser justificado, nem mesmo visto como ordem natural. O capitalismo contemporâneo possui como especificidade a produção de uma nova forma de extração de valor: o trabalho flexível. Segundo o sociólogo italiano Luciano Gallino (2012, p. 39), a globalização não é apenas um “projeto econômico-industrial”, mas é também um “projeto político”, ou seja, que possui como finalidade a redução do poder da classe trabalhadora.

Esse projeto econômico e político da globalização é o que possibilita a flexibilização do trabalho, que é “*uma expressão da flexibilidade do movimento de capital na época da financeirização*” (GALLINO, 2012, p. 151). A acumulação de capital, portanto, é caracterizada pela automatização do deslocamento do capital e, por sua vez, é imposta à força de trabalho a máxima flexibilidade possível. O fato é que, por mais que existam aspectos positivos da flexibilização, o que se mostra como regra é a precarização. O que pode ser esperado pelos trabalhadores flexíveis são: “*contratos de breve duração; renda incerta; impossibilidade de construir um sólido percurso profissional*”, ou seja, “*uma vida sob o chicote da precariedade*” (GALLINO, 2012, p. 155). Em suma, a desregulamentação da economia impacta profundamente as relações de produção: dispositivos de segurança, proteção e garantia sociais, como a previdência e os planos de carreira, dão lugar a um mar de “*empregos precários que agora marca o ingresso das novas gerações na vida ativa*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 27).

A regulamentação política da economia exercida pelo Estado até meados da década de 1970 impedia a inserção de algumas práticas de deslocamentos características no novo espírito do capitalismo: a terceirização, a subcontratação, o trabalho temporário e o *outsourcing*. Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a precarização do trabalho expressa esses deslocamentos e transformações a partir de algumas formas específicas de trabalho: 1) o trabalho temporário, e portanto, a

diminuição de pessoas que possuem um emprego fixo, isto é, a possibilidade de planejar e projetar o futuro, bem como a garantia econômica de uma vida minimamente digna e protegida (a proteção que o Estado garantia às intempéries da vida humana, desde problemas de saúde até o desemprego e a necessidade de uma aposentaria); 2) o trabalho parcial; e 3) a contratação precária.

É importante ressaltar que para o sociólogo Luc Boltanski e para a socióloga Éve Chiapello (2009, p. 253), a precarização do trabalho não é a única consequência das transformações e dos deslocamentos na estrutura social contemporânea, ela é, na verdade, acompanhada pela “dualização dos assalariados”. Essa distinção se polariza a partir de alguns critérios: a estabilidade, a remuneração e a proteção social. Os trabalhadores mais qualificados tendem a ter empregos mais estáveis, melhor remunerados e com maior proteção social; o contrário também acontece. Ainda assim, o fato é que a precariedade se alastra e se aprofunda, atingindo uma quantidade cada vez maior de pessoas e criando uma massa de “inempregáveis” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Surgem, assim, novas lógicas de expulsões, dentre elas, a de pessoas, como a expulsão dos trabalhadores mal remunerados ou desempregados dos programas governamentais de saúde e bem-estar (SASSEN, 2015).

Essas exclusões coexistem com o crescimento econômico, afinal o trabalho flexível é a nova forma de extração de valor e de acúmulo de capital em que o novo espírito do capitalismo se assenta. Não é à toa que uma quantidade cada vez maior de pessoas seja excluída (e outra menor selecionada) a partir das “*novas práticas de gestão do pessoal*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 258): demissões coletivas; o redesenho de empresas a partir da exteriorização de funções de forma a “*relegar os empregos não qualificados a um status menos vantajoso, atribuindo sua responsabilidade a terceiristas ou enquadrando-os em trabalhos precários*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 262); a seleção de trabalhadores por meio de períodos probatórios e de testes (como os estágios), em que é necessário se sobressair a outros, competir e comprovar algumas qualidades como a flexibilidade, a comunicação e a adaptação; a seleção pela qualificação e formação, como a atualização das capacidades técnicas e tecnológicas; a seleção de trabalhadores por critérios de idade, sexo e nacionalidade. São “anos de seleção sistemática” em que

a dualização dos assalariados se acentua e intensifica e em que a precarização do trabalho e da vida se alastra e multiplica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 269).

Outra questão fundamental que expressa o novo espírito do capitalismo é a substituição do “contrato de trabalho” por um “contrato comercial” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 270). Para além de exponencializar a condição de precariedade dos empregos a partir do trabalho temporário e parcial, da má remuneração, da falta de segurança e de condições insalubres, o contrato comercial também significa uma mudança da gramática social, que carrega com a palavra os valores da ordem neoliberal. Isto posto, a nova forma de extração de valor a partir da implementação do trabalho flexível e precário a nível global vem acompanhada de um “projeto de autorrealização” que modifica a visão sobre o processo econômico: a justiça social é substituída pelo “*culto ao desempenho individual*”, pela “*exaltação da mobilidade*” e pelas “*concepções reticulares do vínculo social*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 239).

Assim, a precarização do trabalho e da vida passa a ser vista não só como necessária (porque não há alternativa ao capitalismo), mas como um problema individual. A introjeção dos valores e do princípio de realidade neoliberal retira do trabalho precário o seu caráter central e fundamental de classe (GALLINO, 2012). Não se trata de falta de inventividade, criatividade, desempenho ou esforço, mas da condição própria de um sistema que barbariza a existência humana e da sua transformação frente a uma nova realidade social. O trabalho precário não pode ser exterminado dentro do capitalismo, pois os antagonismos, brutalidade e explorações que têm origem nesse sistema, só podem ser extintos com o fim deste. A gestão empresarial, portanto, vela a realidade em sua totalidade e oculta a precariedade do trabalhador em nome da flexibilidade.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou caracterizar quais são as especificidades do novo espírito do capitalismo e do novo modelo de dominação que esse sistema comporta, pelo qual é legitimado e também tolerado: a dominação gestonária. A partir da sociologia de Luc Boltanski, foi possível abordar o impacto do modelo de gestão

empresarial nas relações de produção, bem como da literatura de gestão empresarial da década de 1990, no que diz respeito aos desdobramentos na justificação da nova forma de extração de valor do capital. O que é fundamental para o sociólogo é, portanto, compreender como o capitalismo foi altamente modificado pelas grandes e profundas transformações na ordem social global: trata-se de um processo civilizador em que mentalidades e comportamentos humanos são alterados historicamente a partir da interconexão de emoções, pensamentos e ações de um conjunto de indivíduos. O novo espírito do capitalismo retrata, dessa forma, uma mudança na convivência humana, nos comportamentos, na psicologia e no controle das emoções, sem que isso implique no planejamento racional de indivíduos isolados: “*ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento*” (ELIAS, 1993).

Também se trata, contudo, de transformações radicais nas relações de produção. Essas transformações possuem um alto custo humano. Após meados dos anos 1970 e, de forma mais clara, na década de 1990, o desenvolvimento de um novo espírito do capitalismo a partir da financeirização e deslocamento do capital, da desregulamentação econômica e de uma nova forma de dominação, impactou profundamente o trabalho e a esfera pública, inclusive no que diz respeito à possibilidade de crítica ao capitalismo. O trabalho flexível assume caráter global e de enraizada difusão nas cidades. A precariedade, todavia, tem alcance parcial, mas majoritário e de caráter classista. Os baixos salários, a perda de garantias e proteções sociais características de um período em que o Estado era capaz de regulamentar a economia, bem como novas formas de emprego que surgem, inserem no indivíduo contemporâneo a necessidade geral de lidar individualmente com as contradições produzidas pelo sistema capitalista.

Assim, um fator essencial da dominação gestonária é desenvolver novos dispositivos que dificultam a responsabilização de indivíduos pelas diversas políticas públicas e econômicas, na medida em que são consideradas as únicas alternativas possíveis: cabe ao indivíduo, a partir de suas ações ou escolhas, a seleção ou a exclusão. Essa realidade possui o seu respaldo no próprio mundo e por isso, a crítica foi profundamente alterada e enfraquecida com as grandes transformações que ocorrem na ordem social (BOLTANSKI, 2013). Não obstante,

a crítica é possível e o ator social possui papel e função elementar no processo de contestação das justificativas produzidas para legitimar e reproduzir um sistema de imensas desigualdades e injustiças sociais. Em suma, o novo espírito do capitalismo carrega em si a precarização da vida e do trabalho, bem como a exclusão de um número cada vez maior de pessoas de um sistema em que incertezas, inseguranças e medos passam a fundamentar a condição de vida de toda uma classe.

Referências

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da Crítica, Instituições e o Novo Modo de Dominação Gestonária. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, volume 03.06, 2013, pp. 441-463.

BOLTANSKI, Luc. Uma crítica para o presente: entrevista com Luc Boltanski. [Entrevista a] **Revista Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014, pp. 217-230.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização (volume 2). Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920/1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SASSEN, Saskia. Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2010.

GALLINO, Luciano. **La lotta di classe dopo la lotta di classe**. Entrevista [a BORGNA, Paola]. Roma-Bari: Editori Laterza, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones**: brutalidad y complejidad en la economía global. 1ª ed. Buenos Aires: Ed. Katz, 2015.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **Sulla lingua del tempo presente**. Torino: Ed. Giulio Einaudi, 2010.

ZOLO, Danilo. **Globalización**: un mapa de los problemas. Espanha: Ediciones Mensajero, 2006.